

BRUNO MIRAGEM
ANGÉLICA CARLINI

Organizadores

DIREITO DOS SEGUROS

FUNDAMENTOS DE DIREITO CIVIL, DIREITO
EMPRESARIAL E DIREITO DO CONSUMIDOR

ADALBERTO PASQUALOTTO • ADILSON JOSÉ CAMPOY • ANDRÉ TAVARES • ANGÉLICA CARLINI
• ARDYLLIS ALVES SOARES • BRUNO BÓRIS • BRUNO MIRAGEM • CLAUDIA LIMA MARQUES
• CRISTIANO HEINECK SCHMITT • FERNANDA CHAVES PEREIRA • GIOVANI AGOSTINI SAAVEDRA
• IVY CASSA • JOÃO CALVÃO DA SILVA • MARCO AURÉLIO MELLO MOREIRA • MARCOS
CATALAN • MARCUS FREDERICO BOTELHO FERNANDES • MARIA DA GLÓRIA FARIA • MARIA INÊS
DE OLIVEIRA MARTINS • MÁRIO VIOLA • PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA • PAULO R. ROQUE
A. KHOURI • THIAGO VILLELA JUNQUEIRA • WALTER POLIDO

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

DIREITO DOS SEGUROS

FUNDAMENTOS DE DIREITO CIVIL, DIREITO
EMPRESARIAL E DIREITO DO CONSUMIDOR

Organizadores

BRUNO MIRAGEM
ANGÉLICA CARLINI



© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS
Diretora responsável

Visite nosso site: www.rt.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

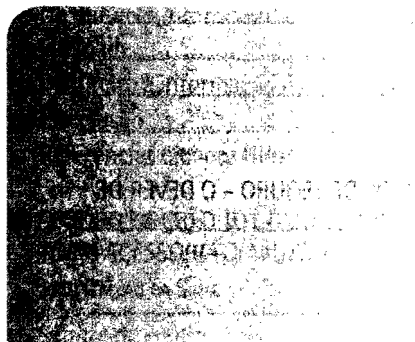
Impresso no Brasil [11-2014]

Profissional

Fechamento desta edição: [29.10.2014]



ISBN 978-85-203-5695-1



SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES.....	7
PREFÁCIO.....	13

I PARTE FUNDAMENTOS DO DIREITO DOS SEGUROS

1. O DIREITO DOS SEGUROS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO: UMA INTRODUÇÃO	25
BRUNO MIRAGEM	
1. Introdução	25
2. Fundamento contemporâneo do direito dos seguros no Brasil.....	29
2.1 Disciplina legal.....	31
2.2 Regulação e supervisão do mercado securitário	32
2.3 O princípio indenitário.....	36
2.4 O direito dos seguros no quadro das disciplinas do direito privado: perspectivas de direito civil, empresarial e do consumidor	38
3. A relação jurídica securitária e a dinâmica do contrato de seguro.....	41
3.1 Formação e execução do contrato.....	45
3.1.1 Formação do contrato.....	46
3.1.2 Execução do contrato.....	51
3.1.2.1 Agravamento do risco.....	51
3.1.2.2 Alteração de risco e revisão contratual.....	53
3.1.2.3 Franquia.....	54
3.1.2.4 Transferência do seguro	54
3.2 Invalidade e ineficácia do contrato de seguro.....	55
3.3 Extinção do contrato	59

3.4	Cosseguro e resseguro.....	61
3.4.1	Cosseguro.....	61
3.4.2	Resseguro.....	62
4.	Considerações finais.....	63
2.	FUNDAMENTOS JURÍDICOS E TÉCNICOS DOS CONTRATOS DE SEGURO – O DEVER DE PROTEÇÃO DA MUTUALIDADE.....	65
	ANGÉLICA CARLINI E MARIA DA GLÓRIA FÁRIA	
1.	Introdução.....	65
2.	Aspectos históricos do risco e de sua administração.....	67
3.	Seguro: aspectos jurídicos.....	72
4.	Seguro e dever de colaboração entre as partes.....	78
5.	Conclusão.....	82
6.	Referências bibliográficas.....	83
3.	REFLEXÕES SOBRE A NECESSÁRIA MODERNIZAÇÃO DO MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO COMO FATOR DE PROTEÇÃO DOS CONSUMIDORES DE SEGUROS.....	85
	WALTER A. POLIDO	
1.	Introdução.....	85
2.	Seguro como instrumento de garantia imediata.....	90
3.	Seguradora exclusivamente profissional.....	92
4.	A Susep e suas funções na atualidade – Necessária modificação urgente.....	96
5.	Conclusões: ações proativas visando à consecução do desenvolvimento do mercado segurador nacional.....	106
6.	Referências bibliográficas.....	113
4.	FUNDAMENTOS TÉCNICOS – ATUARIAIS DO SEGURO.....	117
	FERNANDA CHAVES PEREIRA	
1.	Apresentação.....	117
2.	Risco.....	118
3.	Seguro.....	120
4.	Seguradora.....	128
5.	Referências bibliográficas.....	131
5.	O DIREITO À INFORMAÇÃO E O CONTRATO DE SEGURO.....	133
	PAULO R. ROQUE A. KHOURI	
1.	Introdução.....	133
2.	Questão prévia. Sobre a existência ou inexistência de um direito autônomo à informação do consumidor.....	134

3. Do direito à informação do consumidor/segurado como uma resposta ao <i>deficit</i> de liberdade	136
4. Do direito à informação da seguradora	140
5. Conclusão	142
6. Referências bibliográficas	143
 6. SEGURO DE CRÉDITO COMO SEGURO DE GRANDES RISCOS: <i>GARANTIA INDEMNIZATÓRIA ACESSÓRIA OU AUTÔNOMA</i>	145
JOÃO CALVÃO DA SILVA	
1. Seguro de crédito: seguro particularmente perigoso	145
2. O seguro de crédito como seguro de grandes riscos	149
3. Rigorosa delimitação do risco segurado mediante formulação positiva (riscos cobertos) e formulação negativa (riscos excluídos): princípio da liberdade contratual	152
4. Expressa exclusão ou suspensão do âmbito do seguro de créditos contestados ou impugnados pelo devedor	154
5. Legalidade da exclusão ou suspensão dos créditos contestados	155
6. Seguro de crédito: garantia indenizatória acessória e garantia indenizatória autônoma ou independente, conforme a convenção das partes	158
7. Referências bibliográficas	163
 7. SEGUROS E PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE: RISCO, SOLIDARIEDADE E OS DIREITOS DO CONSUMIDOR	165
CLAUDIA LIMA MARQUES E BRUNO MIRAGEM	
1. Introdução: do seguro ao plano de saúde	165
2. Catividade e cooperação nos contratos de seguro e planos de assistência à saúde	175
2.1 Solidariedade contratual e cooperação	182
2.2 Proteção do consumidor hipervulnerável nos contratos de seguro e planos de assistência à saúde	185
3. Solidariedade contratual e complexidade da prestação nos contratos de seguros e planos de assistência à saúde	187
3.1 Risco contratual e adimplemento	188
3.2 O Código de Defesa do Consumidor e o equilíbrio de interesses nos contratos de seguros e planos de assistência à saúde	189
4. Considerações finais	192
 8. ASPECTOS ESSENCIAIS DOS CONTRATOS DE SEGURO DE PESSOAS	195
ADILSON JOSÉ CAMPOY	
1. Introdução	195
2. O beneficiário no seguro de vida e de acidentes pessoais para o caso de morte	196
2.1 A liberdade de indicação de beneficiários pelo segurado – O motivo e a função social como limitadores	197

2.1.1	O concubinato adulterino e o concubino como beneficiário	199
2.1.2	A pessoa jurídica como beneficiária.....	200
2.2	O direito de acrescer entre os beneficiários.....	201
2.3	O herdeiro por direito de representação como beneficiário.....	203
2.4	A comoriência entre segurado e beneficiário	204
2.4.1	A comoriência nas indicações a título gratuito.....	204
2.4.2	A comoriência nas indicações a título oneroso	205
3.	A comoriência e o seguro sobre a vida de terceiro – A cláusula suplementar e a Susep..	206
9.	CAPITALIZAÇÃO – ASPECTOS TÉCNICOS E JURÍDICOS DOS CONTRATOS DE CAPITALI- ZAÇÃO	211
	BRUNO BORIS	
1.	Breve histórico.....	211
2.	Regulamentação e fiscalização.....	212
3.	Política de capitalização.....	212
4.	O que é um título de capitalização.....	213
5.	Subscritor/titular.....	213
6.	Condições gerais do título de capitalização	213
7.	Nota Técnica	214
8.	Plano de Capitalização	214
9.	Capital ou saldo de capitalização	214
10.	Sorteios	215
11.	Contrato de capitalização	217
12.	Modalidades de títulos de capitalização	218
13.	Título de capitalização vs. caderneta de poupança	221
14.	Capitalização vs. investimentos convencionais.....	222
15.	Principais características dos contratos de capitalização.....	222
16.	Normas do setor e o confronto com o Código de Defesa do Consumidor.....	226
17.	Importância econômica da capitalização	228
18.	Conclusão.....	228
19.	Referências bibliográficas.....	229

PARTE II

DESAFIOS ATUAIS DO DIREITO DOS SEGUROS

1.	ASPECTOS DE DEFESA DO CONSUMIDOR NO CONTRATO DE SEGURO: CONTRATO CO- ERCITIVO E RELAÇÃO DE CONSUMO POR CONEXÃO.....	233
	ADALBERTO PASQUALOTTO	
1.	Introdução	233

2. Premissas conceituais do contrato de seguro	234
2.1 Duas dimensões inconfundíveis: a econômica e a jurídica	234
2.2 A coletividade de segurados e o papel da mutualidade	236
3. O desinteresse da seguradora em manter o contrato.....	237
3.1 A insuficiência da boa-fé	238
3.2 A obrigação de contratar (ou a continuidade coercitiva do contrato)	240
4. Proteção ao beneficiário no contrato de seguro	246
4.1 Estipulações securitárias em favor de terceiro.....	246
4.2 Relação de consumo por conexão.....	248
5. Conclusão.....	249
6. Referências bibliográficas.....	250
 2. DEVER DE CUIDADO, CONSUMIDORES HIPERVULNERÁVEIS E CONTRATOS DE PLANOS E DE SEGUROS DE SAÚDE.....	253
CRISTIANO HEINECK SCHMITT	
1. Introdução	253
2. O dever de cuidado no mercado de consumo	254
3. O caso dos consumidores hipervulneráveis: o dever de cuidado intensificado.....	257
4. Dever de cuidado e contratos de planos e seguros de saúde.....	264
5. Conclusão.....	273
6. Referências bibliográficas.....	273
 3. COMPLIANCE E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO: SOBRE OS REFLEXOS DA LEI 12.683/2012 NO MERCADO DE SEGUROS.....	277
GIOVANI AGOSTINI SAAVEDRA	
1. Introdução	277
2. Direito penal econômico e <i>compliance</i>	280
3. Novos deveres e obrigações	284
4. Rol das pessoas sujeitas aos "mecanismos de controle"	285
5. Consequências do descumprimento dos deveres de <i>compliance</i>	286
 4. NOTAS SOBRE A DISCRIMINAÇÃO EM VIRTUDE DO SEXO E O CONTRATO DE SEGURO.....	291
THIAGO VILLELA JUNQUEIRA	
1. Igualdade discriminada?.....	291
2. Considerações preliminares sobre o contrato de seguro	292
3. Estado da arte: regulação da discriminação em virtude do sexo no contrato de seguro.....	295
4. Razões a favor e contra o uso do sexo na tarificação dos riscos no contrato de seguro.....	300
5. Acento tônico pretoriano: o acórdão <i>Test-Achats</i>	308
6. Notas finais: perspectivas para o tratamento da questão no Brasil.....	311

7. Referências bibliográficas.....	313
5. O MERCADO DE SEGUROS E O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	317
MÁRIO VIOLA	
1. Introdução	317
2. O que é dado pessoal?.....	318
3. O tratamento de dados pessoais pelas seguradoras.....	319
4. O tratamento de dados pessoais pelas seguradoras e a incidência do Código de Proteção e Defesa do Consumidor.....	321
4.1 Os direitos do consumidor no que toca a seus dados pessoais.....	322
4.1.1 Direito de acesso e retificação do dado arquivado.....	326
4.1.2 Prazo para manutenção do dado arquivado.....	328
5. Considerações finais	329
6. DA ASSIMETRIA INFORMATIVA AO EXCESSO DE INFORMAÇÃO: A PROTEÇÃO DA RESERVA DA VIDA PRIVADA DA PESSOA SEGURA, NO TOCANTE À INFORMAÇÃO RELATIVA À SUA SAÚDE.....	331
MARIA INÊS DE OLIVEIRA MARTINS	
1. Introdução	331
2. A assimetria informativa e a sustentabilidade da actividade seguradora	332
3. Os direitos em conflito.....	336
4. Recolha da informação relevante através de questionários apresentados pelo segurador.....	342
4.1 Direito à protecção da reserva da intimidade da vida privada e recurso a questões muito genéricas ("open-ended questions")	345
4.2. Direito à reserva da intimidade da vida privada vs. sistema de questionário aberto ou de declaração espontânea	352
5. O problema à luz do Direito brasileiro	356
7. CONTROLE DE CLÁUSULAS ABUSIVAS EM PLANOS DE ENTIDADES ABERTAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	361
IVY CASSA	
1. Introdução	361
2. Preliminarmente – Pluralidade de produtos sob a denominação "previdência privada".	364
3. Principais características do contrato de previdência privada.....	367
3.1 Facultatividade.....	367
3.2 Caráter privado.....	368
3.3 Submissão ao controle por parte do Estado.....	368
3.4 Complementaridade.....	370
3.5 Autonomia	370

3.6 Contributividade.....	371
3.7 Constituição de reservas.....	372
4. Conceito de cláusulas abusivas.....	372
5. Comentários sobre a jurisprudência	374
6. Considerações finais	378
7. Referências bibliográficas.....	379
 8. O SEGURO VIAGEM NO CONTEXTO DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO CONSUMIDOR TURISTA.....	 383
ARDYLUS ALVES SOARES	
1. Introdução	383
2. Seguro viagem: uma abordagem multidisciplinar.....	384
2.1 Aspectos metajurídicos do contrato de seguro viagem.....	385
2.2 Turismo, globalização e seguro viagem.....	389
3. Aspectos jurídicos atuais do contrato de seguro viagem.....	392
3.1 Iniciativas de direito nacional.....	392
3.2 Iniciativas de direito internacional	397
4. Considerações finais	401
5. Referências bibliográficas.....	402
 9. SOBRE A NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO DO SEGURADO EM MORA ENQUANTO PRES- SUPOSTO DA NEGATIVA DE PAGAMENTO DA COBERTURA SECURITÁRIA: UM OLHAR A PARTIR DE DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	 407
MARCOS CATALAN	
1. A título de introito: recuperando reflexões deixadas no passado.....	407
2. O adimplemento substancial do segurado aos olhos do Superior Tribunal de Justiça	410
3. A notificação do segurado em mora e a negativa do pagamento do prêmio na visão do Superior Tribunal de Justiça	413
4. Referências bibliográficas.....	416
 10. SEGURO, CAUSALIDADE E RESPONSABILIDADE CIVIL: CRÍTICA À "FUNDAMENTAÇÃO" DOS JULGADOS DO STJ NO CASO DA EMBRIAGUEZ DO SEGURADO NOS ACIDENTES DE TRÂNSITO	 417
PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA	
1. Introdução	417
2. Reflexões preliminares sobre o contrato de seguro	419
3. As decisões do STJ sobre a exclusão da responsabilidade civil da seguradora no caso de embriaguez do segurado em acidente de trânsito.....	425
4. Conclusão: boa-fé, agravamento intencional do risco e causalidade – Termos avalia- tórios com deficiente ou inexistente densificação por parte do STJ	437

5. Referências bibliográficas.....	450
11. SEGURO DE AUTOMÓVEL – PERDA DE DIREITO DECORRENTE DE CONDUÇÃO POR TERCEIRO SOB EFEITO DE ÁLCOOL	453
MARCUS FREDERICO B. FERNANDES	
Referências bibliográficas.....	462
12. SEGURO HABITACIONAL DO SFH: ALCANCE, PARTICULARIDADES E RELAÇÃO DE CONSUMO.....	463
MARCO AURÉLIO MELLO MOREIRA E ANDRÉ TAVARES	
1. Sistema financeiro de habitação: breves esclarecimentos	463
2. Fundo de compensação de variações salariais: relevância para o sistema.....	466
3. Seguro habitacional do SFH: notas introdutórias	469
4. Seguro habitacional do SFH: estrutura técnico-jurídica	473
5. Apólices pública e privada: separação entre ramos	477
6. Código de Defesa do Consumidor: aplicação distinguida	480
7. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	482
8. Questão da hipossuficiência	488
9. Conclusão	490